

# COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

## PROJETO DE LEI Nº 5.397, DE 2005

Acrescenta a Seção VI-A ao Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proteger trabalhadores em atividades sob radiação solar.

**Autor:** Deputado Ivo José

**Relatora:** Deputada Maninha

### I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei regulamenta o trabalho a sol aberto, definindo a duração de sua jornada com pausas periódicas e classificando-o como penoso e insalubre. Além disso, especifica multa em favor do empregado, em caso de descumprimento de seu cumprimento.

Na exposição de motivos do projeto, alega-se que a exposição da pele ao sol é responsável pelo câncer de pele, que apresenta grande prevalência no Brasil. No entanto, o entendimento jurisprudencial é de indeferir as solicitações de adicional de insalubridade para os trabalhadores em atividade a céu aberto, em face da ausência de previsão legal.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Além desta Comissão de Seguridade Social e Família, a proposição será também encaminhada para análise de mérito à Comissão de



C610E58828

Trabalho, de Administração e Serviço Público. Em seguida, será apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania a respeito de sua constitucionalidade, regimentabilidade e juridicidade. Por ter caráter conclusivo nas comissões, dispensa a apreciação do Plenário.

Cabe a esta Comissão de Seguridade Social e Família a análise da proposição do ponto de vista sanitário e quanto ao mérito. Eventuais ponderações acerca da redação ou da técnica legislativa deverão ser apontadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

## **II - VOTO DA RELATORA**

A proposição em análise aponta para um problema real. A exposição à radiação ultravioleta mostra-se, indubitavelmente, como um dos principais fatores na gênese de neoplasias malignas de pele. De acordo com o Ministério da Saúde, cerca de 90% desses cânceres desenvolvem-se em regiões do corpo expostas ao sol.

Os trabalhadores a céu aberto apresentam, dessa forma, exposição ocupacional incontestável a tal fator de risco. Dados mostram que a incidência dos diversos tipos de neoplasia maligna de pele nesses trabalhadores é superior à da população geral ou à dos trabalhadores de outras profissões menos expostas à radiação actínica.

Contudo, como já aponta o ilustre Autor, o Tribunal Superior do Trabalho considera que o trabalho a céu aberto não enseja o pagamento de adicional de insalubridade devido ao fato de a atividade não figurar na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho.

Dessa forma, urge alterar a situação legal vigente, assegurando a esses trabalhadores os direitos a que fazem jus. Objetiva-se não



Números de páginas

apenas garantir o adicional de insalubridade, mas principalmente instituir dispositivos que forcem o empregador a promover melhoria nas condições de trabalho.

Assim, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.397, de 2005.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2005.

Deputada Maninha  
Relatora

Nome do arquivo247



C610E58828